

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**O eufemismo do medo na perspectiva antropológica:
relatos marcados pela tensão entre conflito e cidadania em um bairro
*de estabelecidos em Porto Alegre, RS***

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais

Vinícius Gil Braga

Porto Alegre, dezembro de 2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**O eufemismo do medo na perspectiva antropológica:
relatos marcados pela tensão entre conflito e cidadania em um bairro
*de estabelecidos em Porto Alegre, RS***

Autor: Vinícius Gil Braga

Profa. Orientadora: Cornelia Eckert

**Monografia apresentada como requisito
à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Sociais**

Porto Alegre, dezembro de 2010.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 21 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS)

Professor Doutor Arlei Sander Damo (UFRGS)

**Professora Doutora Cornelia Eckert (UFRGS)
Orientadora**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ivanildo e Neusa, por tudo.

À minha namorada, Tatiane Gonçalves, pelo amor dedicado e pelo fundamental estímulo para que esse trabalho fosse concluído.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição que me acolheu a partir do ano de 2003 e que me proporcionou crescimento pessoal e acadêmico. Em seu seio, conheci pessoas que marcaram profundamente minha vida.

À Professora Cornélia Eckert, pessoa que tive o prazer de conhecer ao final da jornada do curso de Ciências Sociais, responsável pela minha iniciação no estudo da Antropologia Urbana e que, com muita paciência, afeto e empenho, aceitou e cumpriu com dedicação a condição de orientadora desse trabalho, tolerando as minhas atribulações ao longo do processo de realização do mesmo.

Aos informantes da pesquisa, que permitiram, com presteza e boa vontade, a viabilização desse escrito.

À Anelise Guterres, que, na condição de debatedora do trabalho apresentado na “I Jornada de Antropologia Urbana”, dedicou-se à leitura atenta dos primeiros passos da pesquisa e fez sugestões muito úteis à sua continuidade.

Ao Wagner Rastelli pela amizade sincera e pela valiosa interlocução estabelecida em torno da nossa formação nas Ciências Sociais.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa insere-se no campo da antropologia urbana e tem como objetivo refletir sobre as representações de moradores de uma rua pertencente a um bairro de urbanização recente e habitado por camadas médias, na cidade de Porto Alegre-RS. A partir de um estudo etnográfico analiso as tensões a respeito da presença de uma vila contígua e as repercussões que decorrem desse contato no âmbito dos temas da cidadania, da vulnerabilidade e da violência, em especial, ao que toca os sentimentos de medo e insegurança. Nesse particular, sugiro a presença de um dado basilar para a construção dessas representações, isto é, a existência de um grupo estabelecido e seu potencial de estigmatização sobre um grupo considerado *outsider*. Ainda, indica-se o fenômeno da segregação espacial como relevante aspecto para a compreensão da situação da etnografia.

Palavras chave: Antropologia Urbana, camadas médias, segregação espacial, conflito, cidadania, medo.

ABSTRACT

The present work, inserted in the urban anthropology field, aims to reflect upon the representations projected by the middle-class inhabitants of a certain street which belongs to a recently urbanized neighborhood in Porto Alegre-RS. Throughout an ethnographic study, I have analyzed tensions between the existence of a nearby slum and the repercussions originated on the touchline ambit of themes such as citizenship, vulnerability and violence, mainly to what deals with fear and insecurity. Being so, I have suggested fundamental data for such representations construction: the existence of an already established group and a stigmatized group considered as *outsider*. Yet, a spatial segregation phenomenon is indicated to relevant aspect to the ethnographical situation understanding.

Key-words: Urban Anthropology, middle classes, spatial segregation, conflict, citizenship, fear.

**The fear euphemism under the anthropological perspective:
tension between conflict and citizenship throughout the reports of
established from a neighborhood in Porto Alegre, RS**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1, p. 10; Rua Henrique Scliar. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 2, p. 10; O muro (Praça Dr. Ernesto Corrêa). Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 3, p. 36; Mapa do “Jardim Planalto” (Jardim Itu/Sabará), obtido a partir do recurso *Google Maps*, <<http://maps.google.com.br/maps?ct=reset>>, consultado em abril de 2010.

Imagem 4, p. 36; Praça Dr. Ernesto Corrêa. Ao fundo Vila Planalto. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 5, p. 37; Vilmar, guarda da Rua Henrique Scliar. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 6, p. 39; Praça Dr. Ernesto Corrêa. Ao fundo, Vila Planalto. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 7, p. 44; Grades e cercas elétricas. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 8, p. 44; Grades e segurança privada. Imagem do autor, junho de 2010.

Imagem 9, p. 48; Vila Planalto. Imagem do autor, junho de 2010.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO 1. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS AO TEMA EM ESTUDO..... | 14 |
| 1.1. Ponto de partida: o conflito como parte constitutiva da vida social..... | 14 |
| 1.2. A centralidade da relação <i>estabelecidos-outsiders</i> na difusão dos sentimentos de medo e insegurança..... | 16 |
| 1.3. A cidadania no Brasil: limites para o seu reconhecimento..... | 20 |
| CAPÍTULO 2. O JARDIM PLANALTO E SUAS REMINISCÊNCIAS: NARRATIVAS SOBRE A SUA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA NORTE DE PORTO ALEGRE..... | 28 |
| 2.1. Breves considerações de cunho metodológico: a construção da rede social..... | 28 |
| 2.2. Nossa vida tem história: o processo de urbanização da Zona Norte de Porto Alegre na perspectiva de dois antigos moradores da região..... | 31 |
| 2.3. Aproximando-se da situação de estudo: o Jardim Planalto e suas reminiscências..... | 34 |
| CAPÍTULO 3. O MURO E SUA FACE SIMBÓLICA..... | 39 |
| 3.1. Memórias do muro: antes e depois..... | 39 |
| 3.2. Flertando com as <i>gated communities</i> : “esta rua bem poderia ser um condomínio fechado”..... | 41 |
| 3.3. Segurança privada: “Então, só nos resta pagar”..... | 44 |
| CONCLUSÃO..... | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 49 |

Um campo perceptivo tem limites mas são limites que se encontram fora de alcance. Um objecto visual, se bem que ofereça ao olhar uma das suas faces, esconde sempre outras. Uma visão correcta e focalizada rodeia-se sempre de uma zona curva onde o visível se dissimula sem no entanto estar ausente. Disjunção inclusiva. E não me refiro à memória que só por si põe em causa o olhar mais simples. A visão actual conserva consigo a imagem percebida no instante anterior sob outro ângulo. Antecipa a de há pouco. Destas sínteses resultam identificações de objectos, que nunca chegam a ser completas e que um olhar ulterior poderá sempre solicitar, anular. E o olho, nesta experiência, encontra-se constantemente em busca do reconhecimento, da mesma forma que o espírito o pode estar de uma descrição completa do objecto que ele procura pensar, sem que no entanto o observador possa, a qualquer momento, afirmar que reconhece perfeitamente o objecto, uma vez que o seu campo de apresentação é absolutamente individual em cada caso e que um olhar verdadeiramente observador não pode esquecer que há sempre mais ainda para ver, a partir do momento em que o objecto visto tenha sido “identificado”. O “reconhecimento” perceptivo não satisfaz nunca a exigência lógica da descrição completa.

Jean-François Lyotard, O inumano: considerações sobre o tempo (1990, p. 25)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão resulta da continuidade de um processo de pesquisa iniciado no primeiro semestre de 2010, desenvolvido no âmbito da disciplina Antropologia Urbana, ministrada pela Professora Cornelia Eckert, no curso de Ciências Sociais da UFRGS. Nessa oportunidade foi apresentado como trabalho final da cadeira o escrito intitulado *O Muro e sua face simbólica: exercício etnográfico sobre a concretude do simbólico ou, o simbólico do concreto, em um bairro de Porto Alegre*. Os apontamentos iniciais procuraram interrogar as representações existentes entre os moradores do bairro Jardim Planalto a respeito de um fato inusitado: a construção de um muro de concreto responsável por segregar a livre circulação de pessoas provenientes de uma vila contígua ao bairro.

Sob esse prisma, escolhi como ambiente de pesquisa a Rua Henrique Scliar, localizada entre os bairros Itu/Sabará e Jardim Planalto, sediada junto ao muro e, conseqüentemente, à vila segregada. A escolha do objeto e da situação contextual se deve ao fato de que o período que antecede e segue a construção do muro foi por mim acompanhado indiretamente, haja vista que possuo um familiar residente no local, o qual depois se converteu em importante informante, assim como principal ponte para que outras pessoas passassem a participar da pesquisa. Nesse particular, observa-se inicialmente que a elaboração do trabalho trava-se em torno do desafio de estabelecer um notório estranhamento a uma realidade que me é bastante próxima, diga-se de passagem, literalmente “familiar” (cf. Velho, 1981: 121-132).



Figura 1 - Rua Henrique Scliar.



Figura 2 – O muro (Praça Dr. Ernesto Corrêa).

Melhor posicionando a problemática ao leitor, é interessante referir que a rua estudada pertence a um bairro de classe média alta da capital, resultante de um processo de urbanização recente e que se situa ao lado de uma vila popular (ocupação irregular). A zona de fronteira entre os dois bairros é um terreno de propriedade particular, cercado -há alguns anos atrás - por um muro após ser objeto de ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Porto Alegre (MTST). Antes da edificação do muro, a circulação de pessoas era livre, sobretudo, marcada pelo fluxo de moradores provenientes da vila em direção ao Jardim Planalto. Não obstante, um aspecto me parece constituir um divisor de águas entre a proposta inicial – trabalho final apresentado à disciplina Antropologia Urbana – e o desenvolvimento do presente trabalho conclusão: naquela oportunidade o objetivo central travava-se em desvendar as dinâmicas, significados e representações existentes em torno da violência, do medo e da insegurança presentes entre os moradores da aludida rua; assim como a memória em relação ao período anterior à existência do muro limítrofe aos dois bairros. Entretanto, com o andamento do exercício de pesquisa, a realização de novas leituras, a retomada ao campo, e a reflexão inerente ao processo de escrita, parece-me que os sentimentos de medo e insegurança fazem-se presentes na mesma medida em que participam da vida cotidiana dos habitantes de grandes cidades. Desse modo, não dizem respeito ao elemento central em questão, mas, sim, à uma visão de mundo mediada por um fenômeno mais basilar, fundamental. Esclarecendo o argumento anterior, a leitura do livro *Os estabelecidos e outsiders* (Elias; Scotson, 2000) revelou-se em uma nova diretriz de interpretação e trouxe novas possibilidades a serem exploradas: passei a me debruçar sobre a possível existência de um grupo estabelecido e seu potencial de estigmatização sobre um grupo considerado *outsider*. Curioso assinalar nessa hipótese que nenhum dos moradores do Jardim Planalto conhecia o nome da vila ao lado, e, freqüentemente, a associava como uma fonte de perigo e sujeira, enfim, um conjunto de qualidades negativas, anômicas, que apontavam para a existência de um convívio “desagradável”. A aceitação dessa premissa, portanto, conduziu-me ao redimensionamento da análise, assim como ao enfrentamento de novas questões.

Em Winston Parva, sede do estudo de Elias e Scotson, a marca da configuração da relação entre um grupo estabelecido e outros considerados *outsiders* se deve ao fator antiguidade, no que toca à chegada àquela região. No entanto, seria este o fator que

desencadeia as relações estudadas nesse trabalho? Seria interessante, nesse sentido, compreender como se formou o bairro Jardim Planalto e sua inserção no processo de urbanização da zona norte de Porto Alegre. Ademais, seria igualmente oportuno interrogar sobre as reminiscências e possíveis ligações (ou vínculos) existentes entre os moradores e aquela região. Não obstante, restava pendente uma referência teórica que fosse capaz de aproximar a intuição de pesquisa de Elias à realidade brasileira. Nessa esteira, o exame da obra “Cidade de Muros” (Caldeira, 2000), complementou o eixo teórico de referência dessa reflexão, a qual passou a perceber no fenômeno da segregação uma relevante característica das cidades, na medida em que, conforme argumenta Caldeira, “As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação e de separação” (Caldeira, 2000: 211). Tais conceitos revelam ainda outro aporte: sua repercussão na construção da cidadania. Desse modo, debruçei-me sobre a análise de perspectivas teóricas ligadas ao estudo da cidadania e os limites para a constituição e reconhecimento da mesma no Brasil. Esta é a problemática explorada no primeiro capítulo desse escrito, que apresenta como objetivo essencial estabelecer as primeiras possibilidades interpretativas, os principais conceitos de referência, tramados em torno às premissas dos autores acima referidos.

Em face do novo recorte de análise e motivado pelas novas incursões no campo de estudo, observei a existência de características e vínculos comuns entre os moradores, isto é, ao que toca suas trajetórias. Em outras palavras, através das entrevistas foi possível perceber que os informantes possuíam uma história de vida bastante semelhante, haja vista que advinham de famílias provenientes do interior do Estado e que chegaram à capital em busca de melhores condições de vida; ademais, os próprios informantes obtiveram êxito em suas carreiras profissionais, auferindo claro incremento de renda, razão pela qual identificaram no bairro Jardim Planalto um local adequado para viver e criar seus filhos. Assim sendo, o segundo capítulo versa sobre a configuração de uma rede de análise, almejando melhor compreender a origem dos moradores da Rua Henrique Scliar, o seu histórico de vida e o local em que residiam anteriormente; igualmente importante, nesse sentido, é a compreensão de quais eram as expectativas que estes teciam e que os levaram a se estabelecer no bairro em estudo. Complementa essa seção o exame da formação do bairro Jardim Planalto e suas relações com a já constituída Vila Planalto, inseridos em um processo mais abrangente, inerente

à urbanização da Zona Norte de Porto Alegre. Análise que se tornou viável a partir de relatos de pessoas que vivenciaram em suas trajetórias a transformação desse espaço urbano (a partir da década de 1950).

O terceiro capítulo possui como fio condutor a premissa de que uma relação estruturada na relação entre estabelecidos e *outsiders* é capaz de moldar as representações dos atores sociais sobre medo, insegurança, violência e criminalidade, entre outros. Nesse sentido, o preconceito é metamorfoseado no discurso do medo e demais manifestações negativas sobre a vida societária, seus riscos, e, em especial, os significados imbricados em viver-se numa grande cidade. Para tanto, exploramos questões pontuais que apareceram de modo recorrente no discurso dos informantes, a saber, ligadas aos sentimentos de medo e insegurança, o “desconforto estético” causado pela paisagem da vila como bairro contíguo dentre outras questões.

CAPÍTULO 1

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS AO TEMA EM ESTUDO

1.1. Ponto de partida: o conflito como parte constitutiva da vida social

Não falamos todos do mesmo lugar. Ter posições claras a respeito de condições e circunstâncias históricas, culturais, sociais, e/ou psicológicas particulares importa na assunção de uma posição particular – a nossa posição enquanto sujeitos do conhecimento –, a partir da qual falamos e direcionamos nossos esforços para a construção do conhecimento através de um exercício reflexivo pessoal e compartilhado. Nesse particular, atente-se à formação sutil da palavra “conviver”, necessário “viver com” o outro, em aberto respeito à sua dignidade e diferença (Timm de Souza, 2004: 15-16). Todavia, como bem aponta Gilberto Velho (2000: 11), a diferença é responsável por constituir a vida social, e, simultaneamente, é sua fonte permanente de tensão e conflito.

Desse modo, é possível assumir como ponto de partida que o conflito é parte constitutiva da vida social, em outras palavras, é ao mesmo tempo sua base e sua marca contingente para a negociação da realidade no desenvolvimento dos processos de reciprocidade (estes, compreendidos na tradição do pensamento antropológico como motor e expressão da vida social). Essa premissa corrobora, por sua vez, à tese de que a vida social não está imune à violência, ao revés, este potencial conflitivo inerente a um sistema de interações sempre heterogêneo pode, inclusive, prejudicar os aludidos processos de reciprocidade e gerar impasses socioculturais e irrupções de violência dentro de grupos e sociedades ou entre eles (Velho, 2000: 11-12).

Sob esse prisma, segundo Velho (2000: 13):

Trata-se, portanto, de chamar atenção menos para a unidade relativa aparente e mais para a percepção de *n* tipos de alteridade associados às diferenças entre os atores, suas visões de mundo, perspectivas, interesses e, sobretudo, aos variados modelos de construção da realidade.

Complementa-se a essa informação o fato de que nas sociedades complexas este processo de diferenciação é ainda mais acentuado. Isto porque a complexidade¹ é, a um só tempo, consequência e produtora das diferenças. Significa dizer, as diferenças mergulhadas num processo de especialização contínua produzem ainda mais diferenças (Velho, 2000: 14). E aqui reside um *insight* sócio-psicológico muito interessante, apontado por Georg Simmel: o ambiente urbano extrai do homem uma consciência diferenciada, mais exigente que aquela pertencente ao ambiente rural (p. Simmel, 1967: 14), permitindo o surgimento de individualismos, entrelaçados em um tipo de relação mais marcadamente racional do que emotivo. O que pode resultar, inclusive, em uma postura de indiferença – atitude *blasé* - como forma de estratégia individual de ajustamento e resistência às forças externas (Simmel, 1967: 18 e seguintes).² Simmel,

¹ A palavra *complexidade* no presente escrito deve ser compreendida na esteira de Edgar Morin (2006: 13): “O que é a complexidade? A um primeiro olhar a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento a complexidade é um tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomênico. (...) então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza...”. Em igual medida, não se pode descurar a relevância e perenidade de uma das primeiras aparições da idéia de complexidade no âmbito do pensamento social, pertencente a Mauss (*Ensaio sobre a dádiva*, 1925). Embora inserida em certa pretensão de totalidade, herdeira da ciência de seu tempo, detém o mérito de analisar os fenômenos sociais a partir de sua complexidade imanente, enquanto elementos articulados em conjunto, imbricados. Promove-se, assim, uma inovação na qual a cultura passa a ser percebida como um componente eminentemente dinâmico, permeada de uma multiplicidade de coisas sociais em movimento. Nesse particular, Mauss traz à colação a categoria dos *fenômenos (fatos) sociais totais*, capazes de exprimir, “de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (Mauss, 2003: 187).

² Cf. Simmel “Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida. A luta que o homem primitivo tem de travar com a natureza pela sua existência *física* alcança sob esta forma moderna sua transformação mais recente. O século XVIII conclamou o homem a que se libertasse de todas as dependências históricas quanto ao Estado e à religião, à moral e à economia. A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho; esta especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável na medida mais alta possível. Entretanto, esta mesma especialização torna cada homem proporcionalmente mais dependente de forma direta das atividades suplementares de todos os outros” (Simmel, 1967: 13). A respeito deste contexto, próprio à modernidade, o historiador das idéias Franklin Baumer (1990: 13-22) apresenta um interessante estudo acerca da sensação de aceleração do tempo já experienciada em meados do século XIX, período no qual, segundo o autor, o devir se coloca acima do ser: a racionalidade voltada à

em sua teoria da forma social, inter-relaciona a cultura objetiva e a cultura subjetiva, as esferas macro e microsociais, assentando a cidade como um campo privilegiado de estudo sobre as relações inerentes à vida social (Eckert, 2010: 155); enfim, um ambiente capaz de revelar um mosaico de percepções marcado por um inequívoco potencial de conflitualidade.

1.2. A centralidade da relação estabelecidos-*outsiders* na difusão dos sentimentos de medo e insegurança

A obra *Os estabelecidos e os outsiders*, publicada em 1965, de autoria de Norbert Elias e John L. Scotson delineou um interessante marco para a teoria das relações de poder a partir de um estudo etnográfico sobre uma pequena cidade da Inglaterra, batizada ficticiamente pelos autores de Winston Parva.³

Os estabelecidos e os outsiders é, destarte, um estudo sobre uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. O interesse inicial da pesquisa deslocou-se dos diferenciais de delinqüência para as diferenças de caráter desses bairros e para as relações entre eles. Isto porque se verificou no terceiro ano de pesquisa que os diferenciais de delinqüência entre as duas áreas maiores (que haviam embasado a concepção local de que uma delas era uma zona marcada pelo crime) praticamente desapareceram. Não obstante, o que não desvaneceu a imagem que os bairros mais antigos tinham do mais recente, a qual permaneceu vinculada ao estigma de que as suas

descoberta de leis universais e permanentes, inscritas sob a irredutibilidade do ser, dá lugar a um pensamento problemático e fragmentado, múltiplo por excelência, agora inscrito no horizonte do movimento – devir (*devenir*). Nesse cenário, a *velocidade* dá azo a uma incrível desordem no plano do pensamento científico e das práticas sociais, conformando-se na característica central desse processo histórico.

³ Este estudo surgiu em meio a um contexto intelectual em que o pensamento estrutural-funcionalista parsoniano figurava como dominante, nessa esteira, como refere Neiburg (Prefácio; Elias; Scotson, 2000) segundo esse modelo, que se organizava em torno da oposição sociologia teórica vs. sociologia empírica, quanto mais localizado fosse o objeto de estudo e quanto menor fosse a sua escala, menor seria o alcance da teoria, a pretensão de uma obra e o status de um autor; de modo que, no quadro da divisão do trabalho sociológico, este livro figurava como parte constitutiva de uma espécie de gênero de segunda ordem, assim identificado com os “estudos de comunidade”. Contudo, o correr dos anos fez justiça a essa obra particular e a inestimável produção do seu autor – sendo uma lástima que Elias tenha conquistado notoriedade tão somente ao final da sua vida.

taxas de criminalidade fossem cada vez mais crescentes (Elias; Scotson, 2000: 15). Por conseguinte, persistia em Winston Parva uma clara divisão em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*: “o grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano” (Elias; Scotson, 2000: 19). De tal modo, “(...) considerava que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo” (Elias; Scotson, 2000: 19).

Um aspecto interessante, presente nessa relação, é que

Não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, “cor” ou “raça” entre os residentes das duas áreas, e eles tampouco diferiam quanto ao seu tipo de ocupação, sua renda e seu nível educacional – em suma, quanto a sua classe social. As duas eram áreas de trabalhadores. A única diferença entre elas era a que já foi mencionada: um grupo compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados. (Elias; Scotson, 2000: 21)

Os antigos residentes conseguiram desenvolver um alto grau de coesão, o que se revelava na constituição de mecanismos de controle social, a saber:

(...) os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores da outra área, aos quais, como grupo, faltava coesão. Assim, a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (Elias; Scotson, 2000: 22)

Ao que toca a presente pesquisa, a aludida obra revelou-me uma nova diretriz de interpretação e trouxe novas possibilidades a serem exploradas: a pesquisa que antes se debruçava sobre a compreensão dos sentimentos de medo e insegurança presentes nas narrativas dos moradores da Rua Henrique Scliar, motivadas em torno ao período anterior e posterior à construção do muro passou a tomar por elemento reflexivo base o questionamento em torno da real existência de um grupo estabelecido e seu potencial de estigmatização sobre um grupo considerado *outsider*. Portanto, a partir dessa hipótese, os sentimentos de medo e insegurança decorreriam da presença de um elemento anterior: um tipo de relação em que um dos lados do muro se consideraria detentor de uma superioridade social e moral, e no seio de suas condições sociais específicas era

capaz de atribuir ao outro grupo características anômicas, vinculadas à desorganização social e familiar, falta de educação, violência e criminalidade, sujeira, entre outros. Conforme aludi na introdução desse estudo, um aspecto parece colaborar com essa tese: o convívio com a Vila ao lado é referido por muitos como “desagradável”, uma realidade a qual não se quer se envolver e tampouco saber o nome: nenhum dos moradores sabia como se chamava a Vila contígua. A construção do muro, nesse quadro, é freqüentemente apontada como um evento positivo, na medida em que limitou circulação de pessoas na Rua, assim como reduziu a visibilidade de uma situação a que se tem dificuldade de tolerar.

Entretanto, para melhor compreensão da situação social em estudo, fazia-se necessário tomar por base outro referencial teórico relevante, a saber: a cidade e seu potencial de segregação, devido a hipótese da existência da relação entre estabelecidos e *outsiders* que não compartilhava do critério antiguidade, presente em Winston Parva. Os relatos que serão expostos no capítulo seguinte dirigem-se no sentido de que a presença da Vila é anterior à existência do bairro Jardim Planalto, e, sem sombra de dúvidas, anterior à ocupação do espaço onde hoje se situam os sobrados da Rua Henrique Scliar. Deste modo, a obra “Cidade de muros” (2000), de Tereza Caldeira, revelou-se numa contribuição precisa. Segundo a autora, a segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades: as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Nesse particular, “Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (Caldeira, 2000: 211).

À luz dos relatos colhidos, a Zona Norte de Porto Alegre pareceu atravessar um processo semelhante ao que Caldeira explora como um processo histórico de segregação social no espaço urbano da cidade de São Paulo, ao longo do século XX, desenvolvido em pelo menos três formas, consoante esclarece a autora:

A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa

infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (Caldeira, 2000: 211)

Nessa esteira, o segundo capítulo desse trabalho se dirigirá ao exame da formação do bairro Jardim Planalto e sua inserção no processo de urbanização da Zona Norte de Porto Alegre, oportunidade em que, através dos relatos colhidos de pessoas que vivenciaram em suas trajetórias a transformação desse espaço urbano a partir da década de 50, pode-se associá-lo à passagem da segunda para a terceira forma, conforme referenciado na obra de Caldeira. Em outras palavras, a Zona Norte de Porto Alegre transmuta-se do padrão “centro-periferia” para um novo período, no qual habitantes de regiões “centrais” da cidade, passam a buscar em bairros “periféricos” e relativamente recentes, como o Jardim Planalto, uma alternativa de vida distante das ameaças de vitimização e estresse próprias às regiões mais centralizadas da cidade. A região onde está situada a Rua Henrique Scliar, que possui aproximadamente 20 anos, parece se revestir de características semelhantes a de condomínios fechados ou moradias dotadas de um rígido padrão de segurança privada (muros, grades, cercas elétricas, alarmes, vigilância privada, entre outros).

Esta nova fase, intitulada no pensamento social como *gentrification* delinea dilemas de distinção e discriminação. Em que pese a Rua Henrique Scliar não se situar em uma *gated community* tampouco possua cancelas ou guaritas nas suas extremidades, a intenção dos moradores em fazê-lo foi uma constante nos relatos tomados. Conforme Cristina Patriota, aproxima-se, assim, de um

(...) novo mundo que vem se delineando a partir das malhas urbanas brasileiras. Esse novo mundo, formado por agentes com projetos e interesses diversos, se materializa nos chamados condomínios horizontais, onde cada vez mais membros das camadas médias e elites brasileiras vêm escolhendo viver. Esses lugares de moradia se

apresentam como paraísos de tranquilidade e felicidade em meio aos mares revoltos e turbulentos em que, segundo os que compartilham essa nova “visão do paraíso”, as nossas cidades se transformaram. (Patriota, 2003: 13)

Em parte, a construção do muro após a ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Porto Alegre (MTST) cumpre esse propósito, inserindo-se num período em que os muros se conformam em novo veículo de organização e significação da cidade. Nas palavras de Caldeira:

De Johannesburgo a Budapeste, do Cairo à cidade do México, de Buenos Aires a Los Angeles, processos semelhantes ocorrem: o erguimento de muros, a secessão das classes altas, a privatização dos espaços públicos e a proliferação das tecnologias de vigilância estão fragmentando o espaço da cidade, separando grupos sociais e mudando o caráter da vida pública de maneiras que contradizem os ideais modernos de vida urbana. (Caldeira, 2000: 328)

Ainda, revestidas de um traço perverso: a tendência - multiplicada pela atuação da imprensa brasileira (escrita e televisiva), ao divulgar as causas da violência urbana - “(...) em identificar, como um dos personagens centrais da trama urbana violência-criminalidade-medo, a figura genérica do ‘pobre’ e a vincular tais eventos e acontecimentos a uma situação de ‘crise urbana’” (Eckert; Rocha, 2005: 60). Com propriedade, ajusta-se perfeitamente nessa moldura a lição de Frugolli Jr. quando refere que “(...) a urbanidade não conduz *a priori* às práticas de cidadania, e nem sempre a cidade, por suas conjunções estruturalmente instáveis (ao atrair e repelir, ao mesmo tempo, seus habitantes entre si), produz aglomerações politizadas” (Frugolli Jr., 2007: 7). Desse modo, com o intuito de aprofundar e confrontar a situação em estudo ao tema da cidadania considerou-se pertinente, de modo prévio, verificar algumas perspectivas vinculadas ao estudo da cidadania e sua dificuldade de implantação e reconhecimento no Brasil. Tema a ser enfrentado no próximo tópico.

1.3. A cidadania no Brasil: limites para o seu reconhecimento

T. H. Marshall, em escrito intitulado “Cidadania e classe social” (1967), delinea o processo sócio-histórico de construção da cidadania na Grã-Bretanha, e, nesse sentido, declina-se sobre um contexto diferenciado e particular. Este estudo, pertencente a uma pesquisa mais abrangente - a obra “Cidadania, classe social e status”, originalmente

publicada em 1963 -, visa identificar a existência de uma *razão* que atravessou as diversas camadas da sociedade britânica e que se nutre na hipótese de que o processo de reconhecimento das pessoas como cidadãs na Grã-Bretanha deu-se em face do desenvolvimento da industrialização, concomitante ao desenvolvimento da democracia (Souki, Mimeo: 4). Isto posto, sob certo ponto de vista, pode-se chegar à conclusão de que suas teses contrariam as teorias que identificam no conflito um aspecto fundante da vida social, e, de igual modo, figurar como um contra-senso às considerações feitas sobre as dinâmicas inerentes às relações travadas entre estabelecidos e *outsiders*, constituída, justamente, a partir de pesquisa em uma comunidade inglesa (Elias; Scotson, 2000). Entretanto, acredito que o estudo de Marshall pode ser uma interessante referência e contraponto para se pensar a questão da cidadania no Brasil, suas ambigüidades e seus limites de reconhecimento. Aproximando-se, assim, à tese em que Gilberto Velho argumenta que a violência no Brasil apresenta como pano de fundo a problemática da construção da cidadania no país, a saber: um processo precário, próprio a um contexto em que o conflito em torno a valores éticos comuns implicou na ineficiência da edificação de processos de reciprocidade (Velho, 2000: 11). Nas palavras do autor:

No caso do individualismo desde, pelo menos, a obra de Simmel [*On individuality and social forms*. Chicago: Chicago University Press, 1971], sublinhou-se a necessidade de diferenciá-lo em *individualismos*. As questões da igualdade e da singularidade, no caso do Ocidente moderno contemporâneo com suas diferentes ênfases, moldaram tipos distintos de individualismo. Mas, de um modo geral, a ênfase no indivíduo como unidade social contrapõe-se aos sistemas ideológicos em que este é englobado por categorias como a família tradicional. O Estado moderno desenvolveu-se, justamente, em meio ao confronto entre valores holistas e individualistas. As relações entre as grandes casas da aristocracia européia com o poder central nascente caracterizam, de modo exemplar, uma forte oscilação entre esses dois pólos. É aí também que se elabora, progressivamente, a noção de cidadania imbricada à consolidação de um espaço público onde indivíduos interagem e negociam politicamente. (Velho, 2000, p. 15)

Prosseguindo o argumento e direcionando-o à relação do mesmo com a violência na sociedade brasileira, Velho refere que

(...) a cidadania não se impôs como um valor nem implementou mecanismos democráticos que possibilitassem o desenvolvimento de um sistema sociopolítico minimamente satisfatório para a maior parte da população do País. (...) em toda a sociedade existe um potencial de desacordo, mas no ideário individualista encontramos características

singulares. A idéia de democracia baseia-se na crença e na convicção de que os indivíduos, diretamente ou através de seus representantes, encontrem meios para encaminhar a discussão das suas diferenças de pontos de vista e interesses. A função primordial do poder público, através de suas várias instâncias, seria coordenar esta negociação e implementar o bem-estar dos indivíduos e da sociedade. É evidente que em torno disto dividem-se autores e ideologias, mas, em linhas gerais, parte-se da premissa de que os indivíduos são iguais perante a lei e de que todos são unidades sociais significativas, apesar dos processos de diferenciação existentes. Portanto, o individualismo define a sociedade de modo distinto das ideologias holísticas. Produziu um espaço novo para o indivíduo, onde o bem-estar social refere-se, basicamente, ao bem-estar dos indivíduos, unidades mínimas significativas da vida social. Porém, historicamente, hierarquia e individualismo combinam-se em sociedades específicas, de modo mais ou menos contraditório, em função de contextos e domínios particulares. Embora não pretenda reconstituir a história do Brasil, quero enfatizar a sua característica-limite de permanente tensão entre valores hierarquizantes e individualistas, associada a uma extrema ambigüidade em relação à atuação do Estado. (Velho, 2000, p. 15-16)

Retomando o argumento de T. H. Marshall, é possível perceber em sua análise, assim como já se esboça no estudo que o inspirou, de autoria de Alfred Marshall⁴, um espírito presente na classe dominante inglesa voltado à formação de um projeto de nação, compreendendo a sociedade como interdependente, cuja noção de cidadania é algo essencialmente nacional.⁵ A desigualdade do sistema de classes sociais é tida como aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida (Marshall, 1967: 62).

⁴ Escrito intitulado “The Future of the Working Classes” (1873). O economista inglês se debruça sobre o problema da igualdade social e seus limites. Acreditava que o avanço técnico e a redução do trabalho pesado poderiam conduzir os homens ao exercício de atividades voltadas à educação e ao lazer; o que, por conseguinte, os tornaria, gradativamente, cavalheiros – qual seja, maior independência pessoal e respeito aos deveres públicos e privados de cidadão. Como liberal, inscrito em seu momento histórico, estava referindo-se, primordialmente, aos direitos individuais. A intervenção estatal era tida como inadequada, justificando-se unicamente no passo inicial, relativo à obrigação das crianças a freqüentar instituições de ensino. A desigualdade econômica era assumida como natural ao sistema capitalista, reprovando-se, assim, as desigualdades qualitativas, que obstavam os homens ao alcance da condição de “cavalheiros”. T. H. Marshall vem a substituir a noção própria de “cavalheiro” pela expressão “civilizado”. (Marshall, 1967: 59-61)

⁵ Assevera T. H. Marshall: “(...) a reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser admitido numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos” (Marshall, 1967: 60-61). Acrescenta em outra passagem: “A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. (Marshall, 1967: 76).

T. H. Marshall, ciente da inserção da cidadania em um processo histórico, dividiu tal conceito em três partes ou elementos, a saber: civil, política e social (Marshall, 1967: 63). A partir do processo de fusão geográfica e separação funcional, os princípios que antes se encontravam fundidos em instituições amalgamadas – cujo uso estava adstrito aos privilégios de classe - passaram por um processo de separação, operando-se cada um de acordo com sua natureza e tempo (Marshall, 1967: 64-65). Atribuindo-se, a cada um, um período diferenciado de formação e desenvolvimento: os direitos civis ao século XVIII, os direitos políticos ao século XIX e os direitos sociais ao século XX (não se desconsiderando sua elasticidade e afinidade, sobretudo em relação aos dois últimos) (Marshall, 1967: 66).

Os direitos civis surgem na esteira da ordem capitalista e do liberalismo nascente. O direito civil básico surge da liberdade de trabalhar (contrapondo-se à fixidez existente no medievo, contexto em que os papéis sociais e os ofícios se encontravam rigidamente estabelecidos), contando com o papel decisivo desempenhado pelos tribunais de justiça, ao garantir o avanço desse princípio (Marshall, 1967: 67). Gradativamente vão se somando novos direitos a esse *status* já existente. Afirma T. H. Marshall: “Quando a liberdade se tornou universal, a cidadania se transformou de uma instituição local numa nacional” (Marshall, 1967: 69).

Os direitos políticos surgem no momento em que os direitos individuais já haviam alcançado um substancial grau de cidadania. No século XVIII, tais direitos eram deficientes não em seu conteúdo, mas sim, em sua distribuição (Marshall, 1967: 69). Logo, ainda não estavam incluídos nos direitos de cidadania (em que pese a Lei de 1832, que o manteve restrito quantitativamente, haja vista os limitar à propriedade ou posse da mesma) (Marshall, 1967: 69-70). Na verdade, é no século XX que tais direitos serão respaldados como integrantes da cidadania, desvinculando-se de seu substrato econômico. E este decorre da Lei de 1918, que vem a estabelecer o sufrágio universal - em que pese persistirem ainda alguns substratos de desigualdade (Marshall, 1967: 70).

Conforme se referiu anteriormente, os direitos políticos e sociais estiveram, no processo britânico, profundamente imbricados. Os direitos sociais quase desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas foi no século XX que eles

atingiram um plano de igualdade para com os outros dois elementos da cidadania (Marshall, 1967: 75).⁶ Nota-se, no final do século XIX, na sociedade inglesa, um crescente interesse pela igualdade como um princípio de justiça social, não se tolerando a indigência, haja vista que nela residia um flagrante óbice ao desenvolvimento do projeto de nação. Portanto, é sob esse espírito que foram instituídas profundas reformas no século XX, objetivando reduzir as diferenças de classe, remodelando-se a sociedade como um todo.⁷ Nesse particular, desenvolveram-se medidas que vieram fortalecer os direitos civis dos cidadãos, facilitando o acesso à justiça (“Legal Aid and Advice Bill”); instituição de serviços sociais com vistas a garantir um mínimo de certos bens e serviços essenciais (assistência médica, moradia, educação e salário mínimo), entre outros (Marshall, 1967: 87-107). Em que pese as inovações do caso inglês também serem capazes de produzir situações de desigualdade (a exemplo da moradia), notórias são as conseqüências positivas e as conquistas em nível de cidadania.

Ante ao exposto em relação ao caso inglês, vislumbra-se o quão complicado é a sua comparação com o processo brasileiro. A cidadania guarda consigo uma noção de dignidade, efetivamente compartilhada por todos os segmentos da sociedade (de ordem intersubjetiva e transclassista), denotando um profundo reconhecimento social infra e ultrajurídico. Nesse sentido, a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana está efetivamente internalizada, não apresentando quaisquer discrepâncias em relação a sua efetividade jurídica. Desse modo, a constituição da cidadania está inserida em um processo histórico de conquistas, caracterizado pela formação gradativa de um consenso

⁶ Ressalte-se também, no século XIX, a existência da “Poor Law”, uma instituição legal ambígua, referente a um programa de mínima readaptação social, que tinha por finalidade o alívio da pobreza e a supressão da vadiagem. Aliada a um sistema de regulamentação de salários, a “Poor Law” acabou enfraquecida, anacrônica à dinâmica ordem econômica vigente. Com o enfraquecimento desta, podem ser observadas fracassadas tentativas de previdência pública. Com o passar dos anos a previdência pública passou de um projeto de renda mínima para um instrumento de efetivação da misericórdia do Estado para com aqueles indivíduos que abrissem mão da sua liberdade de ir e vir, bem como de direitos políticos, padecendo, tais favorecidos, do juízo de desvalor do restante da comunidade (Marshall, 1967: 70-74).

⁷ Diminui-se a distância entre trabalhadores especializados e não especializados, e entre trabalhadores especializados e não manuais; o aumento da poupança obscureceu a distinção entre o capitalista e o proletário sem bens; institui-se um sistema de impostos progressivos, comprimindo vultuosas rendas líquidas; a produção em massa para o mercado interno e o crescente interesse da indústria pelas necessidades das massas capacitaram os proletários à aquisição de bens de consumo que antes se mantinham restritos às classes mais abastadas (Marshall, 1967: 87-89).

acerca da própria cidadania - característica inexistente em uma sociedade periférica como a brasileira (Souza, 2003: 166).

A realidade brasileira é produto da disparidade existente entre os atores sociais no processo de modernização do país. O abismo se cria já no limiar do século XIX - com o abandono da população escrava a sua própria sorte após o processo de abolição, acrescido do movimento de reeuropeização do país - intensificando-se a partir de 1930, com a implantação de um novo patamar à industrialização nacional (Souza, 2003: 171). Nesse particular, fortalece-se a tendência de marginalização e inadaptação de determinados segmentos sociais, não restritos eminentemente às questões de raça ou cor, mas sim a sua condição precarizada perante a ordem estabelecida – estratos sociais caracterizados por uma subcidadania, presentificados pela generalização da noção de um “habitus precário”.⁸

Na sociedade brasileira, a desigualdade social esboça conseqüências em todas as dimensões, assumindo proporções virulentas. O reconhecimento dos papéis sociais, delimitadores das condições de cidadania, inexistente. Ao passo que a generalização de um “habitus precário” é um fenômeno de massa, capaz de conduzir 1/3 da população brasileira a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política (Souza, 2003: 178). Tal fenômeno, uma vez que subjacente à ordem social, tende a estender os seus efeitos à própria condição psicológica dos sujeitos envolvidos, colocando-os como únicos responsáveis de sua condição. Assim, conforme Jessé de Souza, desnuda-se uma notória “naturalização da desigualdade” (Souza, 2003: 179).

A modernização brasileira atendeu ao ritmo das demais sociedades periféricas: deu-se de fora para dentro, influenciada sobremaneira pelo impacto direto da expansão mundial da Europa. Sob esse prisma, o atributo da “europeidade”, potencializado pela “ideologia do desempenho” (responsável por reger a dinâmica do capitalismo), exerceu

⁸ Conforme assevera Jessé Souza: “No caso do ‘habitus primário’ o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade do agente racional que o torna agente produtivo e cidadão pleno. Em sociedades avançadas, essa disseminação é efetiva, e os casos de ‘habitus precário’ são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas como a brasileira, o ‘habitus precário’, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma ‘ralé estrutural’ nas sociedades periféricas” (Souza, 2003: 176-177).

um papel direto na segmentação entre indivíduos classificados e desclassificados para o mercado e a vida social (Souza, 2003: 181). Disciplinou-se, assim, um valor diferencial dos seres humanos, alcançando a própria distinção entre cidadãos e não cidadãos. Do mesmo modo, tais valores passaram a inscrever o próprio fundamento e exercício das instituições, seja o Estado ou o próprio mercado, revestindo-os de uma aparente máscara de neutralidade e objetividade (Souza, 2003: 180). Demarcando que a dita “sociedade brasileira, democrática e aberta”, apenas esboce sua face sob o prisma eminentemente formal.⁹ Nesse sentido, temos um padrão absolutamente periférico de cidadania e subcidadania (Souza, 2003: 153).

Ao passo que, no caso inglês, vislumbra-se a existência de certa *rationale* das classes dominantes em relação à tolerância sobre desigualdade, logo, operando-se a cidadania como um método de inclusão social (Souki, Mimeo: 3).¹⁰ Nesse particular, o mesmo não se pode dizer em relação à postura brasileira, haja vista o desinteresse da elite em relação aos setores menos abastados.¹¹ O que, segundo Souky, só mudaria frente a um notório sentimento de perigo potencial e ameaça de risco à consecução de seus projetos (Souky, Mimeo: 24).

Por derradeiro, não posso encaminhar a breve conclusão desse tópico de modo diferente a asseverar que em nosso país os projetos propostos ligados à questão da cidadania - em suas diversas feições - apresentam as marcas do paradoxo e da ambigüidade. Em outras palavras, tais projetos sempre tiveram um caráter parcial, ora voltados a segmentos específicos ora marcados por interesses políticos concretos (em uma acepção negativa). Comparativamente, percebe-se que no Brasil não chegamos a alcançar com plenitude sequer o primeiro nível dos direitos à cidadania (o acesso à justiça é eminentemente problemático), o que vem a prejudicar ainda mais a consecução dos demais.

⁹ A importação das “práticas institucionais” foi acompanhada tão somente de “ideologias pragmáticas”, despidas de qualquer projeto ou embasamento próprios à realidade nacional. Tal circunstância veio a condicionar flagrantemente a esfera pública, dificultando os meios de acesso a mesma (Souza, 2003: 185).

¹⁰ Assevera Souky: “As considerações sobre a trajetória inglesa em relação à formação do estado-nação, a existência de uma burocracia eficiente e o progressivo estabelecimento dos direitos e deveres dos cidadãos (melhor dito: súditos) nos permite inferir cautelosamente que havia uma certa lucidez por parte das elites a respeito da interdependência entre os diversos setores da sociedade” (Souky, Mimeo: 9-10).

¹¹ Conforme Souky: “É recente a preocupação com a pobreza por parte das elites brasileiras, ela se inicia na década de noventa do século vinte”. (Souky, Mimeo: 18).

Nesse sentido, as políticas compensatórias emergem com profundas dificuldades de implantação. E, ainda assim, marcadas de um vício: tendo em vista se direcionarem em face de um projeto de nação ineficiente. Desse modo, ficam circunscritas a elementos pontuais, não raro prejudicadas pela má gestão da coisa pública.¹² Assim, estamos sujeitos à formulação de políticas de metas ou políticas de mobilização meramente reativas e ineficazes – sobretudo por não atacar questões elementares, e, inclusive por deficiências no planejamento e critérios estabelecidos (Schwartzman, 2004: 65).

Desse modo, entendo que as questões de base devem ser enfrentadas. A noção de *habitus* (dominação simbólica subpolítica incrustada no cotidiano) guarda consigo a idéia de sua não percepção por parte do agente, fomentando, por conseguinte, a sua “não crítica”. Concordo com Jessé de Souza ao referir que essa situação impessoal, opaca e intransparente, responsável por naturalizar a desigualdade social (e, por conseguinte, prejudicar a idéia de cidadania) deve ser percebida, assumida e desconstruída; qual seja, é somente a partir da desnaturalização da desigualdade que se abre a possibilidade de estabelecermos adequadas políticas públicas para a sua superação (Souza, 2003: 179).

¹² Como adverte Schwartzman: “Em um país como o Brasil, onde os gastos sociais são notoriamente mal direcionados e usados de forma ineficiente, e onde o equilíbrio das contas públicas, após décadas de inflação, ainda não foi conseguido, essa discussão acadêmica perde sentido e a defesa de políticas universalistas se torna quase indistinguível das políticas de defesa de interesses estabelecidos, que se vêem ameaçados pelas reformas” (SCHWARTZMAN, 2004: 64).

CAPÍTULO 2

O JARDIM PLANALTO E SUAS REMINISCÊNCIAS:

NARRATIVAS SOBRE A SUA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA NORTE DE PORTO ALEGRE

2.1. Breves considerações de cunho metodológico: a construção da rede social

Somos sobreviventes de nossa história. O conhecimento produzido traz consigo nossa carga de historicidade, vivências, relações, angústias, limites, etc. Encontra-se, portanto, sujeito às nossas idéias, experiências e faltas, persistindo – sempre - a inextricável relação entre o saber próprio ao pesquisador e o conhecimento por ele produzido, ou, da influência do observador no resultado de sua observação. Ditas contingências delineiam nossos conceitos e concepções, importando, nessa esteira, que um ponto de vista seja tão somente “a vista de um ponto”; ou, em melhor expressão, a consciência de que o olhar lançado dirige-se sobre uma perspectiva, apenas uma, no seio de tantas outras possíveis.

Consoante referi na introdução do trabalho, a escolha da situação de pesquisa em estudo se justifica em parte por se tratar de uma realidade que me é consideravelmente próxima. À época da invasão ocorrida no terreno limítrofe entre o Jardim Planalto e a Vila Planalto eu estava cursando ciências sociais e já tinha alguma experiência acadêmica e crítica nos temas ligados à criminologia e ao direito penal - em razão de minha outra área de formação, o direito. As visitas à Rua Henrique Scliar, realizadas devido à existência de um familiar residente no local, já haviam despertado a sensação de que havia ali uma situação social digna de estudo, haja vista a proximidade entre os dois bairros e seu contraste, reforçado, ainda, pela circulação dos moradores da Vila Planalto e o freqüente uso que os mesmos faziam das praças e do comércio do bairro vizinho, o que era objeto de inúmeros comentários dos moradores do local, os quais exprimiam notório desconforto em virtude da ocupação de um espaço que, a partir de sua ótica, não pertencia aos “estrangeiros”. O evento da invasão e os dias que seguiram foram por mim acompanhados com alguma proximidade, dado que a preocupação sobre a mesma no âmbito de minha família também se acentuou. Após uma forte demanda

dos moradores da Rua Henrique Scliar e demais residentes próximos à Praça Dr. Ernesto Corrêa junto à Prefeitura de Porto Alegre e demais órgãos do Estado, a ocupação da área foi frustrada e o proprietário do terreno limítrofe foi compelido a cercá-lo, optando pela construção de um alto e extenso muro, o qual modificou as dinâmicas de uso do espaço que ali se estabeleciam. Esta medida acalmou os ânimos e “colocou as coisas no seu devido lugar” (segundo a fala de Antonio, informante da pesquisa), uma vez que, consoante pude perceber nos relatos colhidos nessa pesquisa, é referência comum dentre os motivos que embasaram a escolha pelo bairro Jardim Planalto, a opção por um bairro distante do centro e de bairros marcados por grande circulação de pessoas, mas que contemplasse fatores que revelassem uma boa qualidade de vida, assim como compartilhasse de uma estética urbanística (infra-estrutura, padrão das residências, entre outros) próxima ao seu padrão aquisitivo emergente.

Nesse contexto, a disciplina Antropologia Urbana, ministrada pela Professora Cornelia Eckert, no curso de Ciências Sociais da UFRGS, foi o ensejo necessário para que a pesquisa começasse a ser desenvolvida. Auferindo, assim, no presente trabalho de conclusão, maior aprofundamento bem como novos olhares sobre o objeto inicialmente referido.

Assim sendo, a fim de viabilizar esse estudo foi necessário constituir uma rede social. Atendo, assim, à propriedade desse método de pesquisa no estudo de temas ligados à antropologia urbana. Segundo Cornelia Eckert (2010: 155-156)

O método de pesquisa de redes sociais torna-se privilegiado para o estudo das formas organizacionais em sistemas de mudança em contextos urbanos, pela competência técnica em representar e mapear sistemas de interações e formas de socialidades.

Como havia referido anteriormente, a realidade de estudo me era bastante próxima. O casal Antonio e Vanessa, meus familiares e residentes na Rua Henrique Scliar, foram a ponte indispensável para que a rede fosse constituída. A partir deles foram-me apresentados os casais Carlos e Paula e, depois, Marcos e Camila, assim como Vilmar, guarda da rua e que trabalha ali há mais de 14 anos. Com o passar do tempo, ganhei liberdade para acessá-los sem a necessidade da intermediação de Antonio e Vanessa. Ao longo da pesquisa realizei entrevistas de caráter semi-estruturado, motivadas pelas descobertas do campo e pela literatura pertinente a qual ia desvelando com o passar do

tempo. Estas entrevistas foram registradas em arquivos *mp3* e por escrito em meu diário de campo. Optei por atribuir aos entrevistados nomes fictícios, preservando-se, assim, suas identidades.

Como tratei de adiantar na introdução do trabalho, o desenvolvimento da pesquisa me permitiu intuir a existência de características e vínculos comuns entre os moradores que fizeram parte desse estudo, isto é, ao que diz respeito ao plano de suas trajetórias sociais (Velho, 1994). Em outras palavras, através das entrevistas foi possível perceber que os informantes apresentavam percursos em suas trajetórias sociais que se assemelhavam ou se aproximavam em seus projetos de vida, sobretudo porque vinham diretamente do interior do Estado ou, então, dito liame advinha de suas famílias, desde um parentesco mais próximo como pais e avós. As narrativas ilustram essa tese: a chegada à Capital deveu-se à busca por melhores condições de vida, em especial, ligada a maiores opções de emprego; ademais, é interessante observar que os próprios informantes obtiveram êxito em suas carreiras profissionais, auferindo claro incremento de renda, razão pela qual identificaram no bairro Jardim Planalto um local adequado para viver e criar seus filhos.

Além das metodologias mencionadas, flanei pelas demais ruas do Jardim Planalto portando uma câmera fotográfica digital, almejando a partir de tal exercício captar situações inusitadas e outras possibilidades interpretativas que pudessem melhor orientar a realização desse estudo (cf. Eckert; Rocha, 2002). As imagens contidas nesse trabalho advêm dessas saídas de campo. Um fato digno de nota foi a presença “sufocante” dos guardas de rua, alguns me perguntavam o que eu objetivava caminhando naquelas ruas e, além disso, a razão de tirar fotos daquele ambiente, outros acompanhavam muito proximamente cada passo dado. Curiosamente, a partir de pesquisa sobre o bairro na internet, descobri uma rede social voltada à exploração de bairros urbanos - a *skyscrapercity* - sendo que o autor da postagem dirigida ao Jardim Planalto relatou que foi objeto de constrangimento semelhante.¹³

¹³ Essa exploração urbana encontra-se disponível no site: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=484290>>; Acesso em: 15 abr. 2010.

2.2. Nossa vida tem história: o processo de urbanização da Zona Norte de Porto Alegre na perspectiva de dois antigos moradores da região

A presente sessão parte do relato de duas pessoas que se estabeleceram em Porto Alegre em meados da década de 50, oriundas do interior do Estado. Seu Pedro (74 anos) e Dona Graça (71 anos) se conheceram no ambiente nascente da Zona Norte de Porto Alegre, precisamente, na Vila Elizabeth, a qual pertence ao bairro Sarandi. Ele, natural de uma colônia rural de Vera Cruz. Ela, natural de um distrito rural de Santo Antonio da Patrulha, contudo, próximo à RS 30, também conhecida como Estrada Velha, rodovia que liga o município de Gravataí ao Litoral Norte e que por muitos anos foi a principal rota de destino à capital.

A história desse casal é semelhante a de muitas famílias que vieram do interior do Estado e se fixaram em regiões periféricas da cidade de Porto Alegre. O baixo custo dos terrenos e dos aluguéis, em uma área dotada de infra-estrutura nascente porém precária (a saber: ruas desprovidas de calçamento, água, esgoto, luz, entre outros), com marcantes traços rurais constituíram as principais motivações da escolha do local em que se estabeleceram. Além disso, o bairro Sarandi - e as vilas que o compunham: Vila Elizabeth, Vila Meneguetti, Vila Leão, Vila Mangueirinha, entre outras – encontrava-se relativamente próximo a um conjunto de empresas que começavam a se instalar na Zona Norte da cidade, figurando como clara oportunidade de emprego na região. Aliás, esse era um forte estímulo para que pessoas se deslocassem do interior do Estado e buscassem em Porto Alegre melhores condições de vida, uma trajetória que geralmente tinha início com o abrigo na casa de parentes que já se encontravam estabelecidos na cidade. Conforme se depreende do relato de Seu Pedro, no entorno da Avenida do Forte e da Avenida Assis Brasil se estabeleceram a metalúrgica Matarazzo, a fábrica de armas Taurus, a fábrica de Tintas Renner, dentre outras. Ele mesmo, depois de passado o período do serviço militar, foi contratado pela Metalúrgica Matarazzo, situação semelhante a de seus irmãos. Algumas linhas de ônibus alcançavam o bairro Sarandi, facilitando o acesso dos trabalhadores às indústrias. O centro da cidade era uma realidade distante, uma “viagem” de aproximadamente uma hora e trinta minutos, a despeito dos esparsos horários em que os ônibus eram disponíveis. Curioso apontar que nos relatos de Seu Pedro e Dona Graça, à medida que estes reconstruíam as suas trajetórias ao longo da narrativa, portanto, em referência ao passado, o centro de Porto

Alegre era sempre referido como “Porto Alegre”, “cidade”, dando-me a idéia de que não existia um claro pertencimento aos demais bairros e regiões que compunham a cidade àquela época.

Após alguns anos trabalhando na Matarazzo e tendo casado com Dona Graça, Seu Pedro, valendo-se de um pequeno empréstimo, adquiriu uma égua e uma carroça e passou a laborar como vendedor de miudezas e assemelhados (inclusive, medicamentos). E aqui reside o aspecto de seu relato que maior interesse desperta nesse trabalho: ele vivenciou as transformações do espaço urbano da Zona Norte de Porto Alegre e acompanhou paralelamente o estabelecimento da Vila Planalto, local onde vendia os seus produtos, especialmente para os armazéns da região. Era o final da década de 50, princípio dos anos 60, e suas histórias dão conta de que a existência do Parque do Arvoredo, que depois veio a se chamar Jardim Planalto, é bem mais recente que o estabelecimento da aludida Vila. Não obstante, em primeiro lugar, considero oportuno ilustrar as memórias que estes dois atores possuem sobre a região, para, no segundo momento, reatar os seus depoimentos aos demais laços esparsos de outros informantes, que igualmente se detiveram sobre a reconstrução narrativa da origem do bairro Jardim Planalto e suas imbricações com a Vila Planalto.

O relato de Seu Pedro demonstra uma interessante sensação a respeito das distâncias da cidade. Ele adquiria os seus produtos em atacados do centro da cidade e o sucesso das suas vendas se dava justamente porque os donos dos armazéns raramente iam até lá, e, em parte, tampouco sabiam da existência dos ditos atacados. Segundo ele, “naquele tempo, os donos de armazém só compravam na porta [no próprio estabelecimento], eles não sabiam de atacado, não iam ao centro, até se sentiam com medo de ir até lá”. Os moradores, por sua vez, dependiam dos armazéns de bairro e, eventualmente, de feiras de bairro. Nesses negócios, a escassez de possibilidades de compra permitia um maior lucro por parte dos intermediários dos produtos, representando um custo maior ao consumidor final. Seu Pedro costuma referir que essa foi uma “era de possibilidades”, período em que lhe foi possível ascender economicamente e proporcionar à sua família melhor qualidade de vida.

Quando lhe perguntei a respeito de como era a Zona Norte aquela época, Seu Pedro refere que a cidade se estendia até o Passo da Areia, mais precisamente até a

Volta do Guerino (início da Avenida Plínio Brasil Milano). A região onde hoje está o Jardim Lindóia era marcada principalmente pela existência de tambos de leite, as casas estavam organizadas de modo esparsas, e “a Avenida Assis Brasil era só um asfaltozinho que mal passava uma carreta, ou um carro, até porque era bem difícil carro antigamente né, bem estreitinha”. Complementa Dona Graça “não era cidade, não tinha nada, ao lado das casas tinha mato, capoeira”. Em relação ao bairro Sarandi, Dona Graça argumenta: “no início era só um sarandizal¹⁴, tinha algumas casas, depois abriram ruas e fizeram o loteamento”. Conforme Seu Pedro, nas proximidades da atual Igreja São José, na Avenida Assis Brasil, ficava o Bar 28, ponto final da linha de ônibus: “Eram contadas as casas. O ônibus só chegava até ali, o resto tínhamos que fazer a pé”; e complementa: “o bonde não chegava ao Sarandi, o ponto final era na fábrica de fogões Wallig, próximo ao Hospital Cristo Redentor”.

O local conhecido como “triângulo da Assis Brasil” já existia, em que pese acompanhasse a estética da região: um lugar quase deserto. É no referido “triângulo” que nascia a Avenida Baltazar de Oliveira Garcia e, na outra extremidade, a Avenida Assis Brasil ganhava continuidade em direção ao bairro Sarandi. A Avenida Baltazar seguia em direção às primeiras casas – igualmente em meio ao ambiente rural - que vieram a constituir o Parque do Arvoredo (primeira urbanização que formaria o Jardim Planalto) e a Vila Planalto. Dentre as zonas de comércio realizadas por Seu Pedro estava o Passo das Pedras, a qual englobava essa região. Segundo ele, dita região, onde se localiza a Vila Planalto, já era habitada, onde predominavam moradias e alguns estabelecimentos comerciais. O acesso dela se dava pela Avenida Ary Tarragô, um trecho de difícil circulação:

(...) não tinha nada de asfalto, tudo chão batido, não era fácil atravessar em direção à Protásio Alves, quando chovia era impossível passar por ali. A carroça atolava e a égua tinha dificuldade de tirar, cheio de lagoa com água; às vezes, quando eu queria ir para a Protásio Alves, Passo da Figueira ou Passo Dornelles, eu tinha que fazer a volta pela Vila Ipiranga [o que, diga-se de passagem, aumentava o trajeto consideravelmente].

E complementa:

¹⁴ Termo regional do Rio Grande do Sul, trata-se de terreno onde abundam sarandis ou sarãs (planta euforbiácea espinhosa).

Ali onde tu estás estudando eu também vendia. Ali é um pouco mais recente. Eu já fazia a zona de carro, mas ia pouco para lá, aquele tempo já era meio perigoso. Quando chegava no armazém e descia do carro já vinha gente pedir um copo de vinho: ‘ô tio, vai sair um copo de vinho?’, ai se não desse né.

Conforme aludi no primeiro capítulo do trabalho, sugiro a análise de que a formação do bairro Jardim Planalto e sua inserção no processo de urbanização da Zona Norte de Porto Alegre, vislumbra a passagem do momento em que a região se situava em um contexto periférico em relação aos bairros centrais da capital, e, ainda, a transição para outro momento, isto é, a Zona Norte de Porto Alegre transmuta-se do padrão “centro-periferia” para um novo período, no qual habitantes de regiões “centrais” da cidade passam a buscar em bairros “periféricos” e relativamente recentes como o Jardim Planalto uma alternativa de vida distante das ameaças de vitimização e estresse próprias às regiões mais centralizadas da cidade. Movimentos semelhantes aos estudados por Caldeira (2000) e Arantes (2000) relativos ao processo urbano da cidade de São Paulo. Em parte, os relatos de Seu Pedro e Dona Graça foram oportunos a esse propósito, o qual será complementado no próximo tópico, no qual tratarei mais especificamente da área pertinente ao Jardim Planalto.

2.3. Aproximando-se da situação de estudo: o Jardim Planalto e suas reminiscências

Segundo a breve descrição do verbete da enciclopédia on-line *Wikipédia*, o Jardim Planalto é um bairro de características nobres, com predominância de sobrados e praças arborizadas.¹⁵ Trata-se de um bairro de história recente, cujas primeiras edificações remontam há cerca de 40 anos, localizadas junto à Avenida Baltazar de Oliveira Garcia. Sua expansão decorre de um processo gradativo, sobretudo, ao longo dos últimos 15 anos. Nesse período, alcançou novos limites, “unindo-se” aos bairros Itu/Sabará e Passo das Pedras.

¹⁵ Jardim Planalto. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_Planalto_%28Porto_Alegre%29>; Acesso em: 30 jun. 2010.

Consoante atesta Antonio,¹⁶ 49 anos, promotor de justiça, morador da Rua Henrique Scliar, a região era marcada por campos de chácaras e fazendas. “Cheguei a pegar o momento em que só na Baltazar tinha alguma edificação, ainda não existia o loteamento”. O informante passou a infância na Vila Leão, Bairro Sarandi, e relata os deslocamentos promovidos junto com os amigos àquela região, a fim de pescar, jogar futebol, caçar passarinhos, enfim, atividades ligadas ao lazer em uma área marcadamente rural. De igual modo, acompanhou a urbanização da área, inclusive da parte mais recente, verificada nos últimos 20 anos.

Todavia, segundo Antonio, não foi a ligação direta com a infância o único fator que o trouxe de volta à região com vistas a habitar um dos inúmeros sobrados da Rua Henrique Scliar. Em que pese a sua história de vida ligada à Zona Norte estivesse presente como um dos fatores relevantes, predominou, sim, a “urbanização de bom nível”, prossegue o informante: “há 15 anos surgiu a vontade de vir pra cá, já morava próximo, atraiu-me a organização, as ruas, o calçamento, esgoto, o padrão bom das casas, a iluminação, a aparente segurança; todas essas questões”.

Em primeiro lugar, é oportuno fazer um esclarecimento: na realidade, a Rua Henrique Scliar é parte constitutiva do bairro Itu/Sabará, contudo, a paisagem que remonta à urbanização recente, confunde os casarios do Jardim Planalto (região mais próxima à Avenida Baltazar de Oliveira Garcia) com os dos bairros contíguos, construídos em áreas até então inabitadas, pertencentes aos territórios dos bairros de classe média e classe média baixa Itu/Sabará e Passo das Pedras. Restando, portanto, aos moradores desse *continuum* de sobrados o “status” de serem habitantes do “Jardim Planalto”, argumento de diferenciação recorrente na fala dos entrevistados.

A Rua em estudo está localizada entre as Ruas Zeev Jabotinski e José M. Lopes. Na junção com essa última, tem-se a Praça Dr. Ernesto Corrêa e, ao fundo da mesma, um muro de aproximadamente três metros de altura, separando-a de um terreno particular e dos casarios da Vila Planalto.

¹⁶ É oportuno revelar que Antonio é filho de Seu Pedro e de Dona Graça, informantes centrais do tópico anterior.



Figura 3 - “Jardim Planalto” (Jardim Itu/Sabará).

No quadro destacado da imagem anterior é possível perceber uma extensa faixa verde, próxima à Rua Henrique Scliar e que sugere a existência de uma região inabitada. Ocorre que é nessa extensão territorial que está localizada a Vila Planalto, ou, ao menos, sua continuidade, sendo justamente o espaço que nos interessa nessa pesquisa. Segundo informação do guarda da Rua Elias Borthome, com o qual conversei brevemente, essa região está sendo objeto de regularização fundiária por parte da Prefeitura de Porto Alegre; desse modo, sua condição de “ocupação irregular” é a justificativa para sua não presença na aludida imagem.

Na figura abaixo, tem-se a visão do muro e da Vila Planalto a partir da Praça Dr. Ernesto Corrêa, segundo o ponto de vista da Avenida Adda Mascarenhas de Moraes (a principal via do Jardim Planalto):



Figura 4 - Praça Dr. Ernesto Corrêa. Ao fundo, Vila Planalto.

Nessa imagem, a paisagem que vai além do muro e onde predomina uma alta vegetação corresponde à área que foi objeto da invasão do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Porto Alegre (MTST). Este terreno era o elo que ligava os dois bairros, proporcionando aos moradores da Vila Planalto o acesso ao comércio do Jardim Planalto (sobretudo, ao supermercado “Supermago”, localizado junto à Praça Dr. Ernesto Corrêa), às inúmeras praças do bairro, e, especialmente, à linha de ônibus “SESC/Petrópolis” (a única linha de ônibus da região que contempla em seu trajeto a Avenida Protásio Alves, importante via da capital, onde muitos moradores da Vila trabalham). A construção do muro aumentou o trajeto dos moradores em aproximadamente um quilômetro, obrigando-os a alcançar o acesso que se localiza ao final da Rua Elias Borthome, muito próximo à parte mais tradicional do bairro.

Tais distâncias simbólicas e concretas desconhecem/desconsideram um dado curioso: foi a proximidade com a Vila Planalto que conferiu nome ao Jardim Planalto, conforme atesta Vilmar, morador do bairro Partenon e guarda da Rua Henrique Scliar há cerca de 14 anos. Segundo ele, o loteamento dirigido à classe média chamava-se Parque do Arvoredo, contudo, diante da crescente especulação imobiliária, e, conseqüentemente, de um novo público (classe média alta; emergentes), passou a se chamar Jardim Planalto.



Figura 5 - Vilmar, guarda da Rua Henrique Scliar.

Vilmar foi um dos nossos principais informantes ao longo da realização do presente trabalho, especialmente, por representar um contraponto ao local de fala dos residentes. Como referido, conhece a região há aproximadamente 14 anos, oportunidade em que foi contratado para zelar a construção de uma das primeiras casas da Rua. Segundo alude, “era tudo desabitado, tinha poucas casas quando eu vim pra cá”. Essa foi a razão para sua contratação, na medida em que o proprietário temia o furto dos materiais da construção, em especial, em face da proximidade com a Vila Planalto. Terminada a obra, o proprietário sugeriu a permanência de Vilmar como vigilante da Rua, composta nesse período por seis casas.

Ao longo desses 14 anos, Vilmar assistiu ao processo de urbanização da Rua e do bairro. Seu jeito calmo e sério conquistou a confiança dos novos moradores, o que pôde ser verificado ao longo de nossa conversa, sendo saudado com atenção pelos passantes, e, em especial, por uma conversa próxima com uma das moradoras, a qual lhe entregou a chave de sua residência. Conforme atesta, “muitos, quando vão viajar, deixam as chaves de suas casas comigo”, “alguns, inclusive, me apelidaram de babá”, uma vez que incorporou às suas atribuições a de zelar pelas brincadeiras das crianças na Rua.

A última observação deu ensejo ao questionamento sobre o uso do espaço da Rua e o eventual receio, dada a proximidade com a Vila Planalto. Nesse plano, o fato que envolve a invasão do terreno particular – zona de fronteira entre a Rua Henrique Scliar e a Vila Planalto – e a conseqüente construção do muro emergiu como um elemento divisor de águas na recente história do bairro. Tema a ser explorado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O MURO E SUA FACE SIMBÓLICA

3.1. Memórias do Muro: antes e depois



Figura 6 - Praça Dr. Ernesto Corrêa. Ao fundo, Vila Planalto.

“Essa Vila ao lado é bem antiga”, atesta Antonio. Curiosamente, tanto Antonio como os demais moradores entrevistados desconhecem o nome da “Vila”, assim designando-a genericamente. A assertiva acima delinea a fala recorrente entre os entrevistados de que a Vila já se fazia presente no momento em que adquiriram os terrenos ou casas. Inclusive, muitos se referem ao “desconforto estético” ocasionado pela presença da mesma e a conseqüente circulação dos seus moradores pela Rua Henrique Scliar e pelas demais ruas do Jardim Planalto.

Sob esse prisma, argumenta Antonio:

(...) em termos de bairro, as pessoas da Vila usavam muito as praças daqui né. E até às vezes o ambiente também não era muito fácil, agradável. E com a **separação** eu acho que o bairro retomou sua vida própria, o que era antes. Com a invasão ficou um caos né, eram barracos de lona... Inclusive se viam carros que fomentavam a invasão. (grifo nosso)

Organizando a fala de Antonio, percebem-se três momentos distintos: o primeiro, diz respeito aquele em que a convivência com a Vila e seus habitantes esboça certo incômodo, contudo, tolerado; o segundo traduz o período da invasão, marcado pela

sensação de instabilidade, medo: evento indesejável e não tolerado; o terceiro delinea as conseqüências do insucesso da invasão: o terreno que separava a Vila do Jardim Planalto foi murado em toda extensão, conduzindo à segregação do espaço e, por conseguinte, à redução da circulação de pessoas. Em outras palavras, em que pese o informante assinalar que o fim da invasão e a construção do muro trouxeram à vida da Rua ao seu estado de normalidade, tem-se que a segregação e diminuição da passagem dos moradores da Vila resultaram no apaziguamento da permanente sensação de desconforto, anteriormente referida. Assim, parafraseando o entrevistado, o bairro retomou sua vida própria, o que era “antes”, conforme um parâmetro ideal, imaginado. Conclui Antonio: “houve a invasão, a área foi retomada e depois foram feitos muros. Então, digamos que a Vila já não nos incomoda”.

Com isso, observou-se a instauração de novos hábitos e usos do espaço “público” por parte dos moradores do Jardim Planalto, assim relata Antonio:

Essa praça próxima [**Praça Dr. Ernesto Corrêa**] nunca permitiu acesso às crianças da rua, até pelo receio, porque normalmente ela estava tomada, não se sabe quem é né, não tinha qualquer policiamento. Hoje é mais tranqüilo, as crianças eventualmente vão pra lá, às vezes até a gente senta lá, vai com as crianças na pracinha. Porque, nos finais de semana [período anterior à construção do muro], **nós**, do bairro, não tínhamos acesso. (grifo nosso)

Sobre a invasão, também assevera Paula: “Não tenho certeza em te dizer em qual ano foi, acredito que em 2005. Nada garante que os responsáveis pela invasão eram da Vila, eu tenho a impressão que não”, e prossegue “(...) segundo dizem por aí, ela foi planejada pelo Movimento dos Sem-Teto”. E sobre as sensações experienciadas nesse período, assinala:

As pessoas ficaram um bom tempo. Faziam algazaras de noite, não deixavam os moradores dormir, gritavam, passeavam na Rua. Era gente muito estranha, pareciam uns índios, e aí a gente ficou com medo, pensou até em ir embora se a situação continuasse e eles fixassem residência, seria bem complicado. Eles ficavam dia e noite caminhando na Rua, não trabalhavam, não tinham ocupação nenhuma. De noite acendiam fogueiras, e a gente tinha medo até de incêndio. Já nem se sabia mais quem circulava no bairro, porque aqui na Rua a gente conhece todo mundo né. Eles queriam tomar conta. Olha, eu acho que até é uma área improdutiva, ninguém usa né, não sei o que o dono pretende fazer. Mas, enfim, depois disso foi cercado. Isso porque o pessoal começou a reclamar, a ligar, a pressionar a Prefeitura, e aí cercaram e nunca mais teve invasão. Tudo isso durou uns 15 dias. A

gente ficou muito preocupado, porque quanto mais tempo fica, mais eles iam ter poder sobre as terras, mas isso tudo foi resolvido, graças a Deus.

A partir dos relatos colhidos percebe-se que o muro deixou de ser metáfora e passou a ser realidade. Constituiu-se, assim, em um cinturão sanitário em torno de um conjunto de pessoas rotuladas como possíveis fontes de perigo ou desconforto à estética de um bairro de classe média alta e seus sobrados, praças e demais símbolos de distinção. Com precisão, aduz Carlos, “o muro deu uma certa limitação pra eles, pra eles ficarem no canto deles. Acho que se ninguém incomodar, nem eles, nem o pessoal daqui, a gente consegue viver numa boa”.

Nessa esteira, parece-me oportuno o relato do livro “Cabeça de Porco”:

Aconteceu na Rocinha. As calamidades têm seus profetas, e o medo, porta-vozes. No calor da hora, um ex-prefeito carioca propôs um muro ao redor da Rocinha. Vocalizou a fantasia mais perversa, a um só tempo óbvia e recalçada, do imaginário coletivo. Inaugurou a linguagem pública dos muros, liberando os fantasmas da apartação que a cidade cultivava em segredo, envergonhada. Daqui em diante, os espectros da separação vão nos assombrar à luz do dia. (...) O muro materializa uma figura de retórica, uma forma de pensar e um modo de agir. (Soares; Bill; Athayde, 2005: 93-94)

Como bem concluem os autores, entre “eles” e “nós”, o muro: medo, estigma, invisibilidade; ou, expresso de outro modo, traços que podem ser encontrados na imagem que abriu a presente seção (Figura 6).

3.2. Flertando com as *gated communities*: “esta rua bem poderia ser um condomínio fechado”¹⁷

Eu moro aqui há nove anos, eu vim do bairro Petrópolis, morava em apartamento, e lá eu tinha muito medo. Eu nunca imaginei que fosse morar numa casa em Porto Alegre né, eu sou do interior e sempre morei em casa, mas aqui em Porto Alegre eu sempre tive muito medo (Paula).

Carlos e Paula foram-me apresentados através de Vanessa. Estive com eles em duas oportunidades e pude perceber a continuidade de certos traços de hospitalidade costumeiramente atribuídos ao interior do Estado. Provenientes da cidade de Roca

¹⁷ Fala de Camila.

Sales, estabeleceram-se há aproximadamente 20 anos no bairro Petrópolis, e a decisão relativa à mudança de residência se deu em razão de um acontecimento traumático ligado à violência: o edifício vizinho ao prédio em que moravam foi assaltado, nesse episódio, todos os moradores foram rendidos e alguns tiveram sua liberdade cerceada por algumas horas. Segundo Carlos: “Isso apareceu nos jornais do país, não deu pra continuar”. Quando passaram a procurar por um novo lugar para morar, prevaleceu o interesse em se buscar outros bairros da cidade, distantes do núcleo mais urbano e que proporcionassem “maior qualidade de vida” ao casal e aos filhos pequenos. Sob esse prisma, assevera Paula:

Quando eu conheci esse bairro [Jardim Planalto] ele era novo, tinha uns seis, sete anos [a informante se refere à área mais recente do bairro]. Eu gostei bastante dos sobrados, do perfil das casas. Mas, ao mesmo tempo, fiquei com medo. Falei para o Carlos: “eu não vou morar num sobrado onde eu tenha o meu quarto do lado da calçada”. Daí começamos a pesquisar as casas e procurar saber mais sobre o bairro, foi aí que percebemos que não era assim tão perigoso, até porque o pessoal da Rua já tinha contratado um guarda fixo. Mas, enfim, tem uma Vila logo ali né, isso, claro, nos deixou preocupados, então, colocamos grade, cerca elétrica e alarme. Infelizmente a gente tem que pagar guarda, porque se não pagar tudo isso a gente não consegue ficar tranqüila. Mas, assim ó, depois que fizeram aquele muro da Vila ficou mais seguro mesmo, agora, assim ó, no momento, eu me sinto bem segura aqui. (...) O bairro realmente é muito bom, a gente se sente como se estivesse no interior.

O argumento de Paula colabora à idéia da existência de um grupo estabelecido e seu potencial de estigmatização sobre outro grupo social, para tanto, barreiras simbólicas e materiais foram erigidas. Quando se referiu acerca da proximidade da “Vila”, Paula acentuou a voz, modulando-a com um misto de receio e aversão; a presença do Outro exigiu um investimento massivo em aparatos de segurança privada, cuja sensação de medo, embora não calada, foi apaziguada por ocasião da edificação do muro. Ao que toca a última observação de sua fala, relativa à proximidade da sensação de se viver no bairro como se estivesse numa cidade do interior, esse aspecto me orientou a procurar saber um pouco mais sobre os possíveis laços existentes entre os moradores da Rua. Nesse particular, Paula revelou considerações muito oportunas:

Aqui eu conheço toda Rua, me dou com todo mundo, a gente conversa, sabe a rotina, conhece os filhos, os nomes das pessoas, porque aqui em Porto Alegre eu nunca imaginei ter uma proximidade assim. Onde eu morava era só “bom dia”, “boa tarde” e nem sabia o nome ou o sobrenome da pessoa. Aqui a gente conhece as famílias, os

filhos, o que fazem, em que área trabalham; principalmente nessa Rua, que tem uma quadra só. Nessa Rua a gente se conhece como se fosse uma família, ou assim, como parente mais próximo. Também assim a gente se sente mais seguro, quando precisa sempre tem o vizinho. É como se fosse minha família.

Através de Vanessa, eu já havia tomado conhecimento da existência de reuniões periódicas entre as mulheres da Rua e adjacências, uma espécie de confraria chamada pelas participantes de “Clube da Luluzinha”. Muito embora a informante, naquela oportunidade, não tenha se sentido à vontade em oferecer maiores detalhes, como se houvesse algo de secreto, algo que não se poderia revelar a um “estranho”. No ensejo do tema da proximidade entre vizinhos, perguntei à Paula sobre a possível existência de confraternizações entre os moradores da Rua, ou, então, de reuniões que tivessem por finalidade discutir temas de interesse da comunidade. Paula, assim, ofereceu-me maiores elementos sobre esta confraria:

No início, começaram a fazer festas na Rua. Festa das bruxas, festa do dia das crianças, festa junina, só que depois as crianças cresceram e parou um pouquinho. O que permaneceu foi o encontro das luluzinhas, quer dizer, das mulheres da Rua né. Só que isso não ficou entre as mulheres da Rua, mas integrou outras mulheres do bairro, que também fazem os encontros nas suas casas. No começo era meia dúzia de mulheres né, agora são quarenta e poucas mulheres que tão se encontrando. Via internet elas marcam a festa, o encontro. E aí a gente debate temas de segurança, de transporte público, que tem uma carência grande aqui no bairro, porque se não tem carro fica mais complicado, principalmente para as crianças irem para escola ou para os maiores irem para a faculdade. Conseguimos junto à EPTC [Empresa Pública de Transporte e Circulação] colocar uma linha de lotação, que vai da Protásio Alves até o centro, bem mais rápida que o SESC/Petrópolis, que é a única linha de ônibus e demora em torno de uma hora e quarenta e cinco minutos para chegar ao centro. Assim, diversos probleminhas a gente tem resolvido, assim, com o tempo, com as assinaturas, a gente vai conseguindo.

E dando continuidade ao argumento, Paula refere algo que me parece crucial ao que optei por intitular como um flerte com as *gated communities*, segundo a informante:

E segurança é uma coisa importante, que a gente debate bastante. Até se teve a idéia de fechar a Rua e colocar guaritas nas pontas, mas a gente não conseguiu ainda porque é uma Rua que tem acesso a outras ruas, então a Prefeitura não quer deixar. Seria colocar cancelas e só deixar entrar os moradores e os serviços de atendimento ao público [moradores], e, nos finais de semana, passeios, para quem quiser conhecer. Seria uma forma de garantir segurança e poder monitorar quem entra e sai. Eu acho que seria uma forma muito boa, mas ainda vamos conseguir.

Os encontros do “Clube da Luluzinha” ocorrem com periodicidade mensal, com rodízio quanto ao local de realização. Ao final de cada reunião é definida a residência e a data do encontro subsequente. A anfitriã fica responsável pelo chá a ser servido às presentes, ao passo que cada moradora deve levar algum prato de comida a ser compartilhado. Estes encontros servem, portanto, como uma atividade de confraternização e de discussão de problemas comuns à vida do bairro. Conforme apontado por Paula, dentre eles está a segurança, pois “o sentimento de insegurança é geral”, presente nas conversas, em especial, em relação à vulnerabilidade dos filhos.

3.3. Segurança privada: “Então, só nos resta pagar”¹⁸

Se o Estado não faz, nós temos que pagar né. Porque assim como o Estado não oferece atendimento à saúde, nós temos que pagar plano privado de saúde. Ele não dá educação à altura, nós temos que pagar escola para os nossos filhos. Agora, estamos chegando a outro ponto, em que o Estado não nos dá a segurança devida e nós temos que começar a pagar a segurança privada. Eu acho uma necessidade. Porque, desde que seja uma pessoa [segurança; guarda da rua] que tu conheças, que tu tenhas confiança, ele monitora o entra e sai da rua, ele conhece o fluxo de pessoas quando tem algum desconhecido, ele ajuda a controlar as crianças que brincam no meio da rua; e, em eventual violência, ele tem chamado inclusive a Brigada quando vê que tem estranhos... Eu acho hoje uma necessidade’. (Antonio)



Figura 7 – Grades e cercas elétricas.

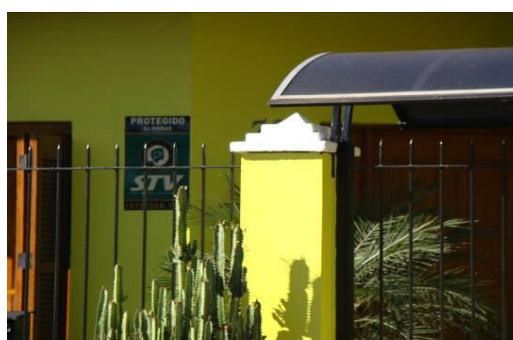


Figura 8 – Grades e segurança privada.

Do relato de Antonio, pronunciado a partir de uma provocação acerca do emprego de instrumentos de segurança privada nas residências, pode-se extrair, ao que me parece, um aspecto digno de nota e que subjaz/embasa o seu argumento: a Rua

¹⁸ Fala de Antonio.

Henrique Scliar é considerada extensão da “casa”, e, não, simples parte do domínio da “rua” (DaMatta, 1985). Segundo DaMatta, “(...) casa e rua são mais que meros espaços geográficos. São modos de ler, explicar e falar do mundo” (DaMatta, 1994: 28-29). Uma espécie de *lugar moral*, onde se possui/exerce um lugar singular numa teia de relações marcadas por muitas dimensões sociais importantes. É, sobretudo, um símbolo de identidade e diferenciação/oposição em relação ao Outro, que representa o inesperado, a surpresa, a ameaça, o movimento, a desordem.

Os relatos a respeito de possíveis manifestações de violência ocorridas naquela Rua corroboram esse argumento, na medida em que remontam ao ponto comum de que as pessoas foram rendidas ou seguidas desde outros bairros e foram acompanhadas até a residência, restando abordadas no momento em que se dirigiam ao portão de casa. Sendo duas destas manifestações consumadas e outra frustrada. Assevera Antonio:

(...) sempre nós tomamos muito cuidado, têm muitas situações que envolvem carros que vêm atrás, motoqueiros, então se está sempre tomando as precauções né, nestas situações, não se entra direto em casa, se faz a volta no quarteirão. Mas isso não é corriqueiro. (...) **É o perfil de quem mora numa cidade maior** (grifo nosso).

Em sua fala, estabelecido o primeiro nível que delinea as ameaças presentes na vida das grandes cidades, e que, por sua vez, podem alcançar o espaço da “casa”; Antonio encadeia sua narrativa enaltecendo as relações de proximidade presentes na Rua Henrique Scliar:

Por outro lado, a rua é tranqüila. As crianças jogam futebol no meio da rua, isso no dia a dia, então, é uma situação igual à minha infância, em que nós brincávamos no meio da rua, aqui eles brincam, jogam taco, jogam futebol, andam de skate, patinete, tudo no meio da rua. O campinho de futebol da nossa época é o meio da rua aqui. E os carros param, as goleiras ficam no meio da rua, os carros desviam das pedras, dos tijolos, então, é bem tranqüilo né.

Concordo, nesse sentido, com DaMatta, cuja afirmação parece preencher exatamente a natureza do relato supracitado, a saber: “Que insegurança nos possui quando um pedaço do nosso sangue e de nossa casa vai ao encontro desse oceano de maldade e insegurança que é a rua brasileira” (DaMatta, 1994: 29).

Por óbvio, a afirmação acima - que dialoga com o contraponto de DaMatta sobre a “casa” e a “rua” – refere-se à ótica da segurança; contudo, o estudo realizado parece

apontar para a extensão do argumento às demais dimensões próprias à sociabilidade, na medida em que, nos diversos discursos, os entrevistados enaltecem o fato de que ali o tempo “escapa” da correria do cotidiano, rememorando a uma dinâmica de vida presente no interior (até porque, conforme referido, muitos nasceram ou têm famílias oriundas do interior do Estado). Conforme Carlos, a Rua encontra-se marcada pelas relações de vizinhança em que “se conversa, se encontra na rua, se convida para tomar chimarrão ao final da tarde; os moradores aqui saem na rua, não ficam confinados, saem nas praças, caminham, andam de bicicleta”. Ainda, segundo o informante, em situações esporádicas os moradores organizam encontros/eventos almejando aproximar as relações de vizinhança, favorecendo a troca de experiências, a exemplo das festas comuns e do aludido chá das mulheres.

CONCLUSÃO

Não há escrita que não seja, no sentido mais preciso da palavra, uma reescrita. Pensamos sempre “a partir de”, “com”, “em relação ao(s)” Outro(s). Contudo, esse exercício se desenvolve inarredavelmente ligado à nossa posição (com todo peso de nossa história, limitações e possibilidades), mas também, em certa medida, com a aptidão de propor o já pensado em novas direções.

Do mesmo modo, o que talvez pareça paradoxal em sede de considerações finais, não há trabalho que não seja legitimamente um fazer inconcluso. Com frequência, sujeito a circunstâncias alheias à vontade, que colaboram para que um escrito conheça de seu fim, improvisando-lhe, assim, sua condição de público. Dito isto, entendo que este trabalho de conclusão serviu-me como uma experiência extremamente válida se considerado como um ponto de partida, portanto, dotado de carências e incompletudes; mas que me permitiu melhor conhecer a existência de dimensões mais profundas, as quais que se mostram ao pesquisador em um trabalho etnográfico de maior peso e extensão. E, nesse sentido, que podem, portanto, ser aprofundadas em reflexões posteriores.

Ao que diz respeito à pesquisa propriamente dita, dentre os primeiros desafios aquele que se dispõe a fazer uma etnografia de rua no bairro Jardim Planalto, está o largo número de seguranças e guardas de ruas; alguns, inclusive, armados. A pequena extensão das ruas e o contato diuturno com os moradores permitem a estes profissionais a rápida identificação dos que pertencem àquela comunidade e dos que lhes são alheios. Ao caminhar pelas ruas do bairro senti o “peso da desconfiança”, em que pese acreditar que minha vestimenta e postura não estivessem em descompasso com a dos moradores daquelas casas. Por óbvio, não lhe pertencia. Mas, logo, imaginei o “peso do preconceito” sofrido pelos moradores que saíam das vielas da Vila Planalto que então se comunicavam ao bairro, e, ao longe, encontravam a violenta presença de um muro de aproximadamente três metros. O preconceito que esteve presente na fala de boa parte dos entrevistados, e que, na defesa dos interesses comprometidos, cabe também a esses homens (seguranças) defender – mesmo que contraditoriamente, mesmo que talvez a condição social seja semelhante àquela presente na aludida “Vila”.

Esta etnografia objetivou, portanto, desvelar as tensões provenientes da relação entre os moradores da Rua Henrique Scliar e sua vizinha Vila Planalto. Assim, entendo que o conflito entre tais segmentos sociais descortina-se em repercussões nos temas da cidadania, da vulnerabilidade e da violência, em especial, ao que atine aos sentimentos de medo e insegurança. Sobretudo porque, ao que me parece, a construção dessas representações é mediada a partir da existência de uma base, um fundamento, um alicerce: a presença de um grupo estabelecido e seu potencial de estigmatização sobre um grupo considerado à sua margem (*outsider*).

Em paralelo às representações dos moradores da Rua sobre o “Outro” (Vila Planalto) e as ameaças e desafios de se viver em uma metrópole, e, de igual modo, aos sentimentos de medo e de insegurança que brotam a partir desse impulso inicial, é sabido que o tempo social e o tempo da cidade fluem. O tempo que é indomesticável, na medida em que nada que nele habita permanece incólume ou resiste impunemente, pois nesse horizonte de movimento a cidade segue também o seu curso de segregação. Nele, o espaço se transforma, e, pontualmente, o território da Vila Planalto passa por esse horizonte de modificação. A partir das explorações realizadas no bairro foi possível perceber que alguns terrenos da Vila Planalto, na sua face mais antiga, estão sendo objeto de especulação imobiliária e, portanto, começam a atrair o interesse de investidores (vide imagem abaixo). Sob esse cenário, é provável que essa área se transforme em pouco tempo, e que mantenha aberta a trilha das possibilidades interpretativas aos antropólogos e seus narradores urbanos (Eckert; Rocha, 2005).



Figura 9 - Vila Planalto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Pucminas; Edusp, 2006, p. 305-329.

ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Unicamp, 2000.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno: volume II, séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BECKER, Howard S.. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALDEIRA, Tereza. *A cidade de muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social*. In: DAMATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-44.

_____. *O que faz o Brasil, Brasil?.* 7ª ed. Rio de Janeiro, 1994.

ECKERT, Cornelia. Cidade e Política nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil. In: Carlos Benedito Martins; Luiz Fernando Dias Duarte; Renato Lessa; Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins (orgs). *Horizontes das*

ciências sociais no Brasil. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2010, v. 1, prelo, p. 156-196.

_____. Etnografia na rua e câmera na mão. *Revista Studium*, Instituto de Artes Campinas SP, v. 8, p. 1-10, 2002.

_____. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FRÚGOLLI JR., Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GARAPON, Antoine. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Tradução de Francisco Aragão. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. *A morada como duração da memória. Estudo antropológico das narrativas e trajetórias sociais de núcleos familiares e redes de camadas médias urbanas habitantes da cidade de Porto Alegre, RS – Brasil e do bairro de San Telmo, na cidade de Buenos Aires – Argentina*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: Pucminas; Edusp, 2006, p. 23-44.

LIMA, Roberto Kant de. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000, p. 166-178.

MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOURA, Cristina Patriota de. *Ilhas urbanas: novas visões do paraíso. Uma discussão etnográfica dos condomínios horizontais*. Tese de Doutorado (Antropologia Social), PPGAS, Museu Nacional, da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

OFFE, Claus. Princípios de justiça social e futuro do Estado de bem-estar social. In: SOUZA, Draiton Gonzaga de; PETERSEN, Nikolai (orgs). *Globalização & Justiça II*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Violência e espaço civil. In: DAMATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 45-56.

PASTANA, Débora Regina. *Cultura do medo. Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Ibccrim, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. A Agenda Social Brasileira. In: REIS, Elisa; ZILBERMAN, Regina (orgs). *Retratos do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SILVA, Hélio R. S.. O menino, o medo e o professor de Saarbrücken. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000, p. 26-48.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967, p. 13-28.

SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. O Inominável, nosso medo. In: SOARES, Luiz Eduardo (org). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ISER, 1996, p. 59-63.

_____; MV Bill; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUKI, Lea Guimarães. *A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil*. Mimeo, p. 1-25.

SOUZA, Jessé. *A construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

TIMM DE SOUZA, Ricardo. *Sobre a construção do sentido: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

_____. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun. 2010.

_____. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (org). *O desafio da cidade. Novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Campus: 1980, p. 13-22.

_____. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VELHO, Gilberto (org). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 11-28.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000, p. 11-25.

VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000, p. 179-188.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000, p. 49-69.

_____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.